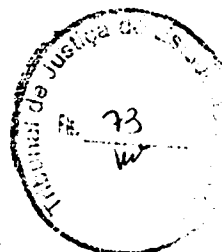




Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Secretaria de Gestão Administrativa/Divisão de Gestão de Contratos
Seção de Projetos Administrativos



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 54/2015

FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - SUPRIMENTO DE INFORMÁTICA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. A lei nº 10.520/02, que institui a licitação na modalidade pregão, estabelece, em seu art. 3º, que a definição precisa, suficiente e clara do objeto por meio de Termo de Referência constitui fase preparatória do Pregão.
- 1.2. Assim, o presente instrumento engloba o conjunto de elementos necessários e suficiente para caracterizar o objeto, tendo sido elaborado com base nas informações apresentadas no Documento Virtual nº EXP-4533/2015.
- 1.3. O objeto deste TR será adquirido pelo sistema de registro de preços que consiste em um arquivo de preços de bens e serviços selecionados mediante licitação, utilizáveis, sempre que necessário, pela Administração.
- 1.4. A contratação pretendida deverá observar, ainda, o disposto nas Resoluções TP nº 026/2006 e 035/2006, que instituem, respectivamente, a licitação na modalidade pregão e o sistema de registro de preços no âmbito desta Corte de Justiça.

2. OBJETO

- 2.1. O presente instrumento tem por objeto a formação de Sistema de Registro de Preços para aquisição eventual de material de consumo - suprimento de informática, para atender a necessidade do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
- 2.2. Para fins de adequação ao disposto na lei nº 10.520/02, consideram-se os bens em tela como comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3. FINALIDADE/JUSTIFICATIVA

- 3.1. Os itens que comporão a ata de registro de preços servirão de apoio logístico às atividades administrativas e jurisdicionais desta Corte.
- 3.2. Os itens e quantidades a serem registradas foram baseadas nos pedidos emitidos pelos setores de informática, sendo eles: Divisão de Infraestrutura de Redes e Divisão de Administração do Parque Computacional.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

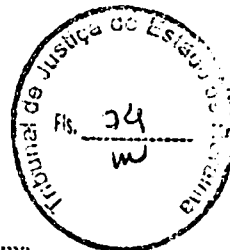
- 4.1. A contratação em tela deverá estar em conformidade com as especificações constantes deste instrumento.
- 4.2. Os itens que comporão a futura Ata, bem como os respectivos quantitativos, encontram-se previstos na planilha abaixo:



Item	Especificações	Und.	Qtd.
01	Filtro De Linha Para Computador, com no mínimo 04 tomadas, com fusível de segurança, padrão NBR 14136, comprimento do cabo: 1.5m.	Und	50
02	Cabo Metálico Categoria 5e, possuindo as seguintes características: a) tipo UTP 100 MHz, categoria 5E, 24 AWG; b) classe de Flamabilidade CM, de quatro pares, com revestimento não propagante à chama na cor azul; c) possuir impresso na capa externa nome do fabricante, comprimento, marca do produto e data de fabricação com marcação indelével; e d) possuir a certificação/homologação UL Listed e Verified, ETL, Listed e Verified, Anatel e atender à diretiva RoHS.	Cx	05
03	Testador De Cabos, possuindo as seguintes características: a) indicado para cabos dos modelos RJ11 e RJ45; b) possui aviso sonoro e indica bateria fraca. Faz as leituras rápidas, e mostra as respostas; c) visualização com LEDs de indicação. Prático e eficiente; d) verifica conectado e cruzado; e) sem conexão e curto-circuito; f) indica bateria fraca; g) aviso sonoro diferenciado; h) alimentação: Bateria 9V; i) consumo aproximado de energia: 3W; e j) conexões: RJ11, RJ45 e USB.	Und	06
04	Conectores Rj-45 Macho, possuindo as seguintes características: a) altura x largura x profundidade: 8,0mm x 11,7mm x 21,5mm; b) cor Transparente; c) tipo de Conector RJ-45; d) para cabo do tipo de cabo U/UTP; e) material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com, 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel ou 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de prata; f) corpo do produto em material de termoplástico não propagante a chama; g) temperatura de Operação: -10°C a +60°C; e h) normas Aplicáveis e Certificações: Norma EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos , ISO/IEC 11801 e NBR 14565 , FCC 68.5 e Certificação UL E173971.	Und.	500
05	Keystone Jack Multilan (Conector Fêmea) Categoria 5e, possuindo as seguintes características: a) tipo RJ-45 fêmea, cor branca; b) categoria 5e; c) corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama; d) terminais de conexão padrão 110 IDC para condutores de 24 AWG; e) material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com, 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel ou 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de prata; f) tampa para proteção do contato IDC; g) possibilidade de instalação do cabo em ângulo de 180°; h) possuir identificação para pinagem T568A e T568B; e i) Possuir a certificação/homologação, UL, ETL Verified e atender à diretiva RoHS.	Und.	100
06	Cabo VGA, Comprimento de 15m.	Und.	03
07	Cabo HDMI, Comprimento de 15m.	Und.	03



Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Secretaria de Gestão Administrativa/Divisão de Gestão de Contratos
Seção de Projetos Administrativos



08	Abraçadeira em Nylon de Alta Resistência, Autotravante, Cor: Preta, Branca ou Transparente, 14cm de comprimento, em pacotes contendo 100 Peças.	Pct.	10
09	Abraçadeira Em Nylon de Alta Resistência, Autotravante, Cor: Preta, Branca ou Transparente, dimensões de 4,8mm X 20cm de comprimento, em pacotes contendo 100 Peças.	Pct	10
10	Adaptador Plug padrão antigo para novo padrão (NEMA 5 Para 14136).	Und	200
11	Adaptador Plug padrão novo para antigo padrão (14136 Para Nema 5).	Und	200
12	Extensão Elétrica 3 Tomadas 1,5m 2p+t, padrão NBR 14136.	Und	50
13	Mouse óptico, entrada USB, com 03 botões, resolução mínima de 800 dpi, formato ergonômico e rolagem de tela, na cor preta.	Und	300
14	Teclado USB com 104 teclas, padrão ABNT, variante II, na cor preta.	Und	300

4.3. Os materiais entregues pelo FORNECEDOR, quando for o caso, deverão ter, no momento da entrega, validade mínima de 80% (oitenta por cento) do prazo definido na embalagem.

4.4. Todos os produtos citados neste Termo de Referência devem ser entregues devidamente embalados de modo a protegê-lo de qualquer dano eventual de manuseio/transporte, estando o FORNECEDOR obrigado a reparo imediato, caso ocorram tais danos.

4.5. Serão rejeitados todos os materiais que não atendam aos requisitos constantes nas especificações deste instrumento.

4.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, cabendo, contudo, na hipótese de opção por outro meio de contratação, assegurar ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

5. PRAZOS

5.1. O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

5.2. O prazo de entrega será de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

5.3. O objeto deverá ser entregue juntamente com a nota fiscal na Seção de Almoxarifado, situada na Rua Alferes Paulo Saldanha, nº 511, Bairro São Francisco, nesta Capital, CEP: 69.305-260, no horário de expediente (08h às 14h). Contatos (95) 3621-2607/3621 2656/3198-2898.

5.3.1. Eventual mudança no endereço de entrega dos materiais será informada prévia e oportunamente ao FORNECEDOR, sem que acarrete ônus ao CONTRATANTE.

6. ORÇAMENTO ESTIMADO

6.1. Com base na cotação de preços constante do Documento Virtual nº EXP-4533/2015, estima-se que o valor global da contratação em tela será de R\$ 20.075,16 (vinte mil, setenta e cinco reais e dezesseis centavos), conforme planilha de orçamento detalhado abaixo:

PLANILHA DE ORÇAMENTO DETALHADO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



				(RS)	(RS)
01	Filtro de linha para computador	Und.	50	25,55	1.277,50
02	Cabo Metálico Categoria 5e	Cx	05	173,75	868,75
03	Testador De Cabos	Und	06	80,17	481,02
04	Conectores Rj-45 Macho	Und	500	1,07	535,00
05	Keystone Jack Multilan (Conector Fêmea) Categoria 5e	Und	100	4,43	443,00
06	Cabo VGA	Und	03	110,10	330,30
07	Cabo HDMI	Und	03	94,23	282,69
08	Abraçadeira em Nylon de Alta Resistência, 14cm de comprimento, em pacotes de 100 Peças.	Pct	10	6,46	64,60
09	Abraçadeira em Nylon de Alta Resistência, dimensões de 4,8mm X 20cm de comprimento, em pacotes de 100 peças.	Pct	10	15,08	150,80
10	Adaptador Plug padrão antigo para novo padrão	Und	200	6,09	1.218,00
11	Adaptador Plug padrão novo para antigo padrão (14136 Para Nema 5)	Und	200	6,21	1.242,00
12	Extensão Elétrica 3 Tomadas 1,5m 2p+t	Und	50	17,27	863,50
13	Mouse óptico	Und	300	18,66	5.598,00
14	Teclado USB	Und	300	22,40	6.720,00
Valor Global (RS)					RS 20.075,16

6.2. Objeto será custeado através do Programa de Trabalho nº 12.101.02.061.0003.2337 - Apreciação e Julgamento de Feitos, pela Rubrica item nº 3.3.90.30 - Material de Consumo.

6.3. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

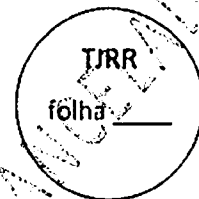
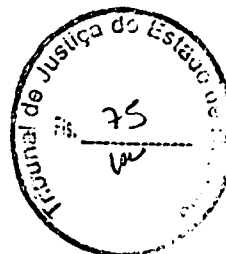
7. OBRIGAÇÕES

7.1. Durante a vigência da Ata, o FORNECEDOR deverá:

- a) respeitar rigorosamente as especificações contidas na tabela constante do item 4.2 quando do fornecimento do objeto;
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) manter, durante a vigência da Ata, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- d) respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do TJRR;



Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Secretaria de Gestão Administrativa/Divisão de Gestão de Contratos
Seção de Projetos Administrativos



- e) cumprir obrigatoriamente os prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento e no edital; e
- f) responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos bens, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do Tribunal.

7.2. São expressamente vedadas ao FORNECEDOR:

- a) a veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b) a subcontratação para execução do objeto; e
- c) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência da Ata.

7.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR ou por seu preposto;
- b) efetuar o pagamento devido pela entrega dos materiais, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- c) comunicar oficialmente ao FORNECEDOR quaisquer falhas verificadas nos materiais fornecidos;
- d) nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da entrega dos bens. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades do FORNECEDOR em relação ao acordado; e
- e) rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, a entrega dos materiais que estiverem em desacordo com as especificações apresentadas na tabela do item 4.2. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto do FORNECEDOR.

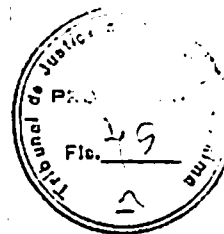
8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

8.2. Quanto ao procedimento interno de solicitação de aquisição de bens registrados em Ata de Registro de Preços, deve ser observado o disposto no "Manual de Procedimentos - Compras e Contratações", Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, 1ª Edição Ano-2014 (Resolução Tribunal Pleno, Nº 57, de 10 de dezembro de 2014).

8.3. Autorizada a aquisição e expedida a Nota de Empenho, a mesma será encaminhada ao FORNECEDOR por carta com aviso de recebimento, fax, e-mail ou por qualquer outro meio capaz de registrar o recebimento, a fim de possibilitar a contagem dos prazos.

8.4. A entrega do(s) produto(s) será acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal, especialmente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.



8.5. O recebimento provisório será realizado em até 01 (um) dia útil, da data de entrega dos materiais, mediante recibo, não configurando aceite, para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado.

8.6. Caso seja constatada a ocorrência de vício do material, ou que este esteja em desacordo com as especificações constantes no item 4.2. deste instrumento, o FORNECEDOR será convocado para substituí-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência de sua convocação pelo CONTRATANTE.

8.7. Depois de comprovada a adequação do objeto ao contrato e observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93, será efetuado o recebimento definitivo, através de termo próprio, que será emitido em 05 (cinco) dias contados do recebimento provisório.

9. PAGAMENTO

9.1. No ato da entrega do objeto, o FORNECEDOR deve apresentar documento fiscal válido, detalhado, correspondente ao fornecimento.

9.2. Ao Fiscal caberá a atestação das faturas referentes aos fornecimentos.

9.3. Sendo identificada cobrança indevida na Nota Fiscal, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério, fazer a glosa dos valores devidos, ou solicitar formalmente ao FORNECEDOR a reapresentação da Nota Fiscal, devidamente corrigida. Nesse caso, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da nova emissão.

9.4. Caso seja identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, a FISCALIZAÇÃO comunicará formalmente os fatos ao FORNECEDOR a fim de que seja feita a devolução do valor correspondente na fatura subsequente, ou por outros meios quando se tratar do último fornecimento.

9.5. O pagamento será realizado em no máximo 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento do objeto, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente do FORNECEDOR.

9.6. Nos termos do art. 5º, §3º da Lei nº 8.666/93, os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 24, da mesma lei, sem prejuízo do que dispõe o seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

9.7. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR.

9.8. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

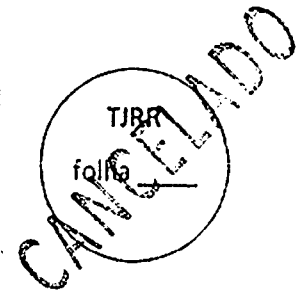
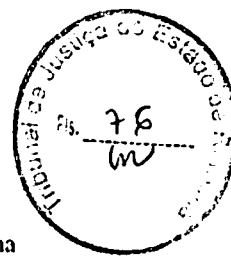
EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso



Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Secretaria de Gestão Administrativa/Divisão de Gestão de Contratos
Seção de Projetos Administrativos



9.9. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

10. ALTERAÇÃO E RESCISÃO DA ATA

10.1. Os preços registrados em ata poderão ser revistos observadas, dentre outras hipóteses:

- a) alteração da política econômica do País que resulte reflexos nos preços registrados;
- b) em decorrência de eventual aumento ou redução dos preços praticados no mercado; e
- c) por força de situações imprevisíveis que produzam reflexos nos preços de mercado.

10.2. Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gestor:

- a) convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; e
- b) frustrada a negociação, liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido.

10.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o detentor da Ata requerer o cancelamento do registro, o TJRR poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e forem aceitas as justificativas nos moldes do disposto no parágrafo único do art. 26, da Resolução TP nº 035/2006.

10.4. Os fatos decorrentes de situações imprevisíveis que resultem no impedimento de contratar ao preço registrado, deverão estar devidamente comprovados no processo que der origem à análise da revisão, sob pena de obstaculizar a alteração do preço objeto de registro.

10.5. Os preços registrados poderão ser cancelados pela Administração, por decisão fundamentada, observadas as regras constantes da Resolução TP nº 035/2006, pondo fim às obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, fazendo desaparecer a expectativa de direito de contratar com o Tribunal nas condições pactuadas.

10.6. O cancelamento do preço registrado em Ata observará as regras atinentes ao desfazimento dos contratos em geral, especialmente quanto ao oferecimento do contraditório e da ampla defesa, somente podendo ser cancelado nas hipóteses previstas no art. 35 da Resolução TP nº 035/2006.

10.7. Na forma dos arts. 37 a 39 da Resolução TP nº 035/2006, o Sistema de Registro de Preços poderá ser revogado em razão da superveniência de interesse público ou invalidado quando houver o reconhecimento de alguma ilegalidade, devendo estar tudo devidamente justificado nos autos.

11. PENALIDADES

11.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar com o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e será descredenciada do cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais, a CONTRATADA que:



- a) apresentar documentação falsa;
- b) fraudar na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) cometer fraude fiscal; e
- e) fazer declaração falsa.

11.2. Para fins do disposto na alínea "c" do item anterior, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 89 a 98, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

11.3. As multas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, serão calculadas na forma abaixo estabelecida:

- a) a multa moratória, prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/93, será calculada no percentual de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do item em mora, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) multa de 10% (dez por cento) com acréscimo de 0,13% (treze décimos por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, sobre o valor do item em atraso, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea "a", limitado em até 60 (sessenta) dias;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente aos itens, desde que caracterizada a inexecução parcial; e
- d) multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da cobrança de multa moratória nos termos previstos nas alíneas acima.

11.4. As multas previstas neste instrumento, que são independentes e acumuláveis, poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, que não poderão ser superiores ao valor contratado.

11.5. Toda penalidade aplicada será registrada no SICAF e no cadastro de fornecedores do TJRR.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A definição de qual licitante será o vencedor se dará pelo critério do menor preço.

12.2. A Secretaria Geral decidirá os casos omissos.

Boa Vista, 17 de junho de 2015.

Elano Loureiro Santos
Administrador

Henrique de Melo Tavares
Chefe da Seção de Projetos Administrativos